

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM  
ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
CEARÁ E A FEBRABAN E AS INSTITUIÇÕES  
FINANCEIRAS CREDORAS, COM O OBJETIVO DE  
FACILITAR O ACESSO DAS PARTES AO BANCO  
CREDOR PARA NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EM CASOS  
DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO  
FIDUCIÁRIA. (PROCESSO SEI Nº 8516024-  
33.2025.8.06.0000).  
FB-0905/2025**

**TCT Nº 23/2025**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, doravante denominado TJCE, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.444.530/0001-01, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéa, Fortaleza-CE, representado pelo **Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Desembargador Francisco Mauro Ferreira Liberato**, o **NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA**, doravante denominado NCJ, instituído por meio da Resolução do Órgão Especial nº 08/2021 e da Portaria nº 1080/2023, por intermédio de seu Supervisor, o **Desembargador Everardo Lucena Segundo**, e a **Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN**, entidade representativa das instituições financeiras do país, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-89, com sede na Avenida Brg. Faria Lima, 1485 – Torre Norte, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, neste ato representada por seu Presidente, Isaac Sidney Menezes Ferreira, e as **INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CREDORAS**, representadas na forma do Anexo I e Anexo II, têm entre si justo e acordado o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**CONSIDERANDO** os artigos 67 a 69 do Código de Processo Civil, que preveem mecanismos de cooperação entre órgãos do Poder Judiciário tanto para a prática de atividades administrativas quanto para o desempenho das funções jurisdicionais;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça que regula a cooperação interinstitucional entre o Poder Judiciário e instituição, ainda que não integrante do sistema de justiça, para promover o aprimoramento da administração da justiça, a celeridade e a efetividade da prestação jurisdicional;

**CONSIDERANDO** a importância da atuação cooperativa entre o Poder Judiciário e as instituições financeiras para promover soluções rápidas, eficazes e consensuais nos conflitos relacionados à inadimplência contratual;

**CONSIDERANDO** que a renegociação de dívidas diretamente com o banco, no prazo legal estabelecido, é uma alternativa legítima que evita o agravamento da situação do devedor e a prorrogação do trâmite de demandas judiciais;

**CONSIDERANDO** que a Lei da Alienação Fiduciária de bens móveis (Decreto-Lei nº 911/1969), em seu art. 3º, §2º, assegura ao devedor o prazo de 5 (cinco) dias, contados da execução da liminar de busca e apreensão, para pagar a integralidade da dívida pendente, sob pena de consolidação da propriedade do bem no patrimônio do credor;

**CONSIDERANDO** que a busca por soluções extrajudiciais, como a renegociação amigável da dívida, contribui para a efetividade da prestação jurisdicional e para a pacificação social;

**CONSIDERANDO** que o estímulo à cooperação interinstitucional amplia o acesso à Justiça, reduz a litigiosidade e melhora a relação entre instituições e cidadãos;

**CONSIDERANDO** que a adesão das instituições financeiras a este termo representa constante compromisso do setor financeiro na construção de um sistema de justiça mais célere, acessível e eficiente, especialmente nos casos que envolvem alienação fiduciária e busca e apreensão de veículos.

**RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA**, conforme as cláusulas a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O Termo de Cooperação tem como fundamento no art. 184, da Lei Federal nº 14.133/21 com suas alterações, que trata dos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente Termo tem por objeto a **cooperação entre o TJCE e instituições financeiras credoras, com o objetivo de facilitar o contato direto da parte devedora com o banco credor, nos casos de ações de busca e apreensão de veículos garantidos por alienação fiduciária**, para que, caso seja de interesse do devedor, este possa buscar os canais já disponibilizados pelas instituições financeiras para renegociações de débitos, dentro do prazo estabelecido em lei.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA FINALIDADE**

Este acordo busca:

**I – Garantir à parte devedora condições reais e acessíveis de contato com o banco**, inclusive por meios digitais, para renegociar o débito, evitando o prolongamento da lide judicial;

**II – Incentivar soluções consensuais** no âmbito dos processos de busca e apreensão, com base no diálogo direto entre as partes;

**III – Fomentar o uso da linguagem simples** nos mandados e comunicações oficiais, para garantir que o devedor compreenda claramente seus direitos e deveres;

**IV – Contribuir com a redução da litigiosidade** e a promoção de uma justiça mais eficiente, célere, colaborativa e humanizada.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES**

##### **Do TJCE e do NCJ:**

**I – Assegurar** que os mandados judiciais contenham, de forma clara, as informações sobre os canais de contato com os bancos para fins de renegociação da dívida;

**II – Promover** a articulação entre juízos, devedores e instituições financeiras, para fomentar a cultura da cooperação e da autocomposição;

**III – Contatar** diretamente as instituições financeiras credoras envolvidas nas ações judiciais e respectivas renegociações, caso seja necessário dirimir questões envolvendo o objeto do presente Termo de Cooperação Judiciária.

##### **Da FEBRABAN:**

**I – Promover** a divulgação do presente Termo de Compromisso às suas instituições associadas, fomentando sua adesão, nos termos do Anexo I;

**II – Facilitar** a comunicação e troca de informações entre o Núcleo de Cooperação Judiciária do Eg. TJCE e suas instituições associadas, no intuito de promover a cultura da cooperação e da autocomposição.

##### **Das Instituições Financeiras Aderentes:**

**I – Disponibilizar** canais de atendimento direto para renegociação, no prazo legal previsto;

**II – Garantir** que os canais de atendimento sejam acessíveis e funcionais;

III – Avaliar as propostas de renegociação eventualmente feitas pelos devedores, ficando ao seu critério o seu acolhimento;

IV – Assegurar que os acordos firmados com os devedores sejam formalizados e informados ao juízo competente, quando cabível, para fins de extinção ou suspensão do processo de busca e apreensão.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS**

As partes contratantes declaram encontrar-se adequadas ao tratamento dos dados de pessoa natural, devendo cada parte adotar os procedimentos legais necessários para tratamento de referidos dados no que se refere aos objetivos a que se destinam o presente convênio, ou seja, para a execução e tratativas deste convênio ou de procedimentos preliminares a ele relacionados.

**Parágrafo único.** Em qualquer hipótese, ambas as partes declaram estar cientes da necessidade de observância dos termos da Lei nº 13.709/2018 no que se refere ao tratamento direto e/ou indireto de dados de terceiros que se relacionem com o presente contrato de prestação de serviços.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Cada um dos partícipes arcará com as despesas ou quaisquer outros ônus decorrentes de suas responsabilidades e competências.

**Parágrafo Único**– O presente termo não envolve repasse de recursos públicos, bem como inexistente vínculo de natureza trabalhista entre as partes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

Este Termo terá vigência de 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO**

O presente Termo poderá ser rescindido, a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante notificação com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem ônus, preservando-se os atos em andamento.

#### **CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ e se compromete a, nos

termos da lei, fazer publicar o inteiro teor ou o extrato do presente no Diário de Justiça Eletrônico, nos termos da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

Mediante concordância dos partícipes, este Termo de Cooperação poderá ser alterado, a qualquer tempo, por meio de Aditivos, permitindo-se a supressão e/ou inclusão de novas cláusulas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Para dirimir as questões oriundas deste Termo de Cooperação Técnica, será competente o foro da Comarca de Fortaleza.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas, lavrou-se o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que segue assinada pelos representantes legais dos conveniados e intervenientes na presença das testemunhas abaixo.

Fortaleza, 01 de setembro de 2025.

  
**DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO**

VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício da Presidência

  
**Des. Everardo Lucena Segundo**  
**DESEMBARGADOR SUPERVISOR DO NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA**

  
**Isaac Sidney Menezes Ferreira**  
**PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS – FEBRABAN**

TESTEMUNHAS:

1.  \_\_\_\_\_

2.  \_\_\_\_\_

**ANEXO I**

**MODELO DE ADESÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AO TERMO DE COMPROMISSO COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO DAS PARTES AO BANCO CREDOR PARA NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EM CASOS DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

**TERMO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA Nº \_\_\_\_/2025**

**TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA Nº XX/2025, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS.**

**Nome da instituição financeira**, CNPJ/MF x, com sede na X, ora denominada **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, neste ato representado por **NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE**, CARGO, CPF, e por seu procurador, **NOME COMPLETO E CPF**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, por meio do presente termo, compromete-se a cumprir, na forma e condições estabelecidas, os objetivos delineados no Termo de Cooperação, observados os seguintes critérios:

1. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** se compromete, mediante a assinatura do presente termo de adesão, a adotar os meios e providências necessárias para facilitar o acesso dos devedores para negociação da dívida em casos de busca e apreensão em alienação fiduciária, conforme estabelecido nesse compromisso.
2. Caso seja necessário dirimir questões a respeito do presente Termo, a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** indica os seguintes contatos dos pontos focais responsáveis:

<b>Nome completo do responsável</b>	<b>E-mail</b>	<b>Telefone</b>

3. A adesão da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** ao **COMPROMISSO** vigorará pelo mesmo prazo previsto no referido compromisso.

6. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** poderá denunciar sua participação no **COMPROMISSO** a qualquer tempo, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
**Nome da instituição financeira**

Nome dos dois representantes da instituição

## ANEXO II

### CANAIS DE RENEGOCIAÇÃO INDICADOS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Banco	Canais de renegociação disponibilizados														
Banco Bradesco	<p>Central de atendimento do banco: 4004 4433 ou 0800 722 4433</p> <p>Escritórios terceirizados de cobrança:</p> <p>INCLUDEPICTURE "cid:image002.png@01DBBE6B.8E2AF680" \* MERGEFORMATINET INCLUDEPICTURE "cid:image002.png@01DBBE6B.8E2AF680" \* MERGEFORMATINET</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Escritório</th><th>Tel 0800</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Paschoalotto ( Roberta Nascimento)</td><td>0800 723 7993</td></tr> <tr> <td>JCS ( Nova Gestões)</td><td>0800 600 5020</td></tr> <tr> <td>Rede Brasil ( Cardoso Correa)</td><td>0800 202 2117</td></tr> <tr> <td>Hcosta</td><td>0800 941 9296/0800 722 0371</td></tr> <tr> <td>Aval ( Toledo Piza)</td><td>0800 721 7086</td></tr> <tr> <td>Ivan Bites</td><td>0800 940 2030</td></tr> </tbody> </table>	Escritório	Tel 0800	Paschoalotto ( Roberta Nascimento)	0800 723 7993	JCS ( Nova Gestões)	0800 600 5020	Rede Brasil ( Cardoso Correa)	0800 202 2117	Hcosta	0800 941 9296/0800 722 0371	Aval ( Toledo Piza)	0800 721 7086	Ivan Bites	0800 940 2030
Escritório	Tel 0800														
Paschoalotto ( Roberta Nascimento)	0800 723 7993														
JCS ( Nova Gestões)	0800 600 5020														
Rede Brasil ( Cardoso Correa)	0800 202 2117														
Hcosta	0800 941 9296/0800 722 0371														
Aval ( Toledo Piza)	0800 721 7086														
Ivan Bites	0800 940 2030														
Banco do Brasil	<p>Central de Relacionamento Banco do Brasil (4004-0001 para capitais e regiões metropolitanas, e 0800-729-0001).</p> <p>Autoatendimento Internet (<a href="http://bb.com.br/renegocie">bb.com.br/renegocie</a>) e App BB (Mobile).</p>														
Banco C6	<p>Portal do Cliente: <a href="https://www.c6bank.com.br/blog/portal-cliente-c6-auto">https://www.c6bank.com.br/blog/portal-cliente-c6-auto</a>.</p> <p>Central de atendimento (11 3003-6116 ou 0800 660 6116).</p> <p>WhatsApp (11) 2832-6088.</p>														
Banco Digimais	Central de atendimento: 4020-3300 ou 0800-646-7676														
Banco John Deere	<p>cobrancaBJD@johndeere.com; cobrancajudicialBJD@johndeere.com.</p> <p>Telefones (19) 3825-9500 ou 0800-723-3464.</p>														
Banco Itaú	<p>Central de atendimento – 4004-4828 (também funciona como Whatsapp) (capitais e regiões metropolitanas)</p> <p>0800 970 4828 (demais regiões)</p> <p>Clientes correntistas – agências e App Itaú</p>														
Banco Pan	<p><a href="https://renegocie.bancopan.com.br/">https://renegocie.bancopan.com.br/</a></p> <p>Telefones - Capitais: 4002-1687 e demais localidades: 0800 775 8686. Whatsapp (11) 4002-7787</p>														
Banco Santander	<p>Central de Atendimento Santander: <a href="http://www.santander.com.br">www.santander.com.br</a>.</p> <p>Telefones: 4004 3535 capitais e regiões metropolitanas</p> <p>0800 702 3535 demais localidades</p> <p>Atendimento em Libras (Canal Exclusivo para Atendimento em Libras: <a href="https://octagora.com/s/StderLibrs">https://octagora.com/s/StderLibrs</a>).</p> <p>Central de Renegociação Santander:</p> <p>4004 3535 capitais e regiões metropolitanas / 0800 702 3535 demais localidades</p> <p>4004 2125 capitais e regiões metropolitanas / 0800 726 2125 demais localidades</p> <p>Portal de Renegociação: <a href="https://www.santander.com.br/renegocie/home">https://www.santander.com.br/renegocie/home</a>.</p>														